

## RUMO AOS ENCANTOS DO MUNDO – O CONCEITO DE VIAGEM NA PEREGRINAÇÃO

Francisco Ferreira de Lima

Universidade Estadual de Feira de Santana

**RESUMO:** *O narrador da Peregrinação é marcado por um irresistível prazer de viajar, o qual é sempre justificado pela fome, pela miséria ou para escapar da morte. Alguns dos mecanismos que transformam esse prazer em necessidade são discutidos neste artigo.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *Viagem; alteridade; deslumbramento.*

Se se perguntar a um homem destes tempos de agora acerca de seus prazeres favoritos, o viajar estará certamente entre os primeiros itens da resposta. E, em muitas delas, será mesmo o primeiro item da lista, porque viajar é uma espécie de panacéia dos tempos atuais, como demonstram à saciedade os cartazes das agências de turismo.

Com uma viagem – assim se faz crer – pode-se acalmar o estressado ou excitar o deprimido; pode-se preencher o vazio da velhice ou esvaziar a energia da juventude; pode-se fazer aprender o ignorante ou ratificar saberes do sabido.

Como qualquer produto saído da linha de montagem industrial, a viagem dos tempos modernos oferece qualidade e garantia contra riscos, exigências básicas para que o viajante possa divertir-se – única aspiração que o mobiliza. Para tanto uma equipe de técnicos planeja cuidadosamente a viagem, de modo que nada possa fugir à previsibilidade.

Juntando-se a isso o fato de que já não há lugares *remotos* no mundo, uma vez que o Planeta é diariamente esquadrihado por imagens via satélite com as quais se divide o horário do jantar, fica-se possuído da leve impressão de que o viajante contemporâneo viaja sem efetivamente viajar, sobretudo se se pensa no viajante de séculos anteriores.

Trata-se todavia de rápida impressão. A viagem coetânea é já uma outra maneira de viajar. De fato, a previsibilidade, de uma parte, e a familiaridade do mundo, de outra, transformaram o viajante em turista, o que vale dizer, transformaram o descobridor em reconhecedor do mundo.

Se ao viajante do passado cabia o encontro com o estranho, ao turista cabe o encontro com o parecido, no qual se reconhece e se conforta ao reconhecê-lo.

Não é por outra razão que ele vai com tanta ansiedade ao museu ou ao castelo de priscas eras. Já sem interesse pela paisagem humana, que todos os rostos de todas as etnias lhe são familiares, o turista regala-se ante o original do quadro famoso ou da construção medieval, medindo criteriosamente a distância entre aquele e a cópia, geralmente de há muito sua conhecida.

Nada, porém, de comparações apressadas ou nostálgicas. Cada tempo constrói suas maneiras de viver e de viajar. Se os tempos de hoje dão preferência à contemplação da ação, posto que a vida se transformou em espetáculo permanente, nada mais justo que o viajar esteja integrado em tal concepção. Estranho mesmo é que não estivesse. Daí o tom bizarro que assumem aquelas extravagâncias de dar a volta ao mundo a pé ou atravessar oceanos em minúsculas e modestas embarcações, maneira um tanto desesperada que se busca para fugir à inação.

Se se fizesse, entretanto, a mesma pergunta ao homem do século XVI sobre o lugar da viagem na sua escala de prazeres, ela constaria seguramente de muito poucas listas, mesmo assim de modo muito clandestino, pois era pequena a lista de prazeres naqueles tempos inquisitoriais. Mas havia homens dotados de genuíno prazer de viajar, embora não fossem muitos.

É que viajar era comprar uma cara passagem para o imprevisível, cujo preço, muitas vezes, era a própria vida. E não se trata (é bom que se diga) de nenhuma imagem poética. Num período de apenas seis anos na primeira metade do século XVII – os números são de Boxer (1992:217) –, morreram duas mil setecentos e trinta e três pessoas de um total de cinco mil duzentas e vinte oito embarcadas em Lisboa com destino à Índia. E não é que houvesse acontecido algo de especial nesse curto espaço de tempo. Comumente, ficavam a meio da *carreira da Índia* – nome que os portugueses deram à travessia transoceânica de Portugal à Índia – entre trinta e cinquenta por cento do total de viajantes embarcados nos navios.

Não obstante, havia homens dispostos a viver prazerosamente a aventura do desconhecido, Fernão Mendes Pinto foi um deles.

Para fazer a paródia da frase famosa de Octavio Paz (1976:201), pode-se dizer que um grande viajante não tem biografia; sua viagem é sua biografia. Nada mais verdadeiro, então, se a máxima for aplicada a Fernão Mendes Pinto. Com efeito, a viagem foi tão importante na sua vida que esta se reduziu àquela, seja a do plano real, seja o da sua reivindicação. Porque viajou duplamente Mendes Pinto. Não lhe bastou, como a tantos, uma única viagem; foi necessário, anos depois, reinventá-la em palavras, uma astuta maneira de viajar de novo, dividindo-a agora com esses viajantes estranhos – os leitores –, que se comprazem em desejar o desejo do outro.

Todos os fatos que importam conhecer sobre a vida desse peregrino viciado em ver estão contidos na viagem por ele escrita. Sem ela, aquela outra pelos mundos e mares do oriente teria desaparecido com o seu desaparecimento. A vida de Mendes Pinto, portanto, é a sua viagem, ou melhor, é a sua dupla viagem. É esta a sua definitiva biografia.

Não é à toa que a pesquisa sobre sua vida real é sempre tão infrutífera, para

não dizer praticamente inútil. Sem nenhum documento que as confirmem, páginas e páginas já foram escritas por austeros eruditos como verdades as mais cristalinas, enquanto que, para outros, são as mais deslavadas mentiras jamais escritas!

Não era de dados biográficos que Fernão Mendes Pinto queria tratar ao escrever a *Peregrinação*. Se assim quisesse, não teria deixado lacunas tão gritantes acerca de sua vida em narrativa minuciosa. O seu livro, ainda que fale de muitas outras coisas, é, antes de qualquer delas, a história de um viajante fazendo a única coisa que sabe e gosta de fazer: viajar.

Por isso é que tão pouca importância ali é dada às outras duas faces de sua vida, às que antecede e sucede a viagem. E é a estrutura do livro que fala por si. De um total de duzentos e vinte e seis capítulos em que a obra foi dividida (*a posteriori*, é importante dizer, que não o era no manuscrito), apenas o primeiro e último referem-se ao não viajante, isto é, ao antes e depois de viajar. É essa já uma boa prova de que viver e viajar (prazerosamente) para Fernão Mendes Pinto são uma e mesma coisa.

Mas é preciso esclarecer o que se quer dizer por viagem prazerosa, para que não se cometa o desatino de aproximá-lo do diletante, que viaja sob a garantia do seguro de vida obrigatório, ainda que saiba de antemão que nenhum imprevisto poderá ocorrer, condição primeira pela qual se dispõe a viajar.

*Prazer*, no caso de Mendes Pinto e de seus iguais, deve ser entendido em sentido diametralmente oposto. Trata-se do desejo inadiável de ver a diversidade do mundo real, para gozar o deleite do encontro primeiro com as "jentes novas, escondidas/ que nunca foram sabidas", como delas disse o poeta do *Cancioneiro Geral* Diogo Velho de Chancelaria (1516), um outro eufórico do desvelamento do mundo pelos portugueses.

Mas esse gozo, como se fora um Graal (nem tanto) dessacralizado, supõe a vitória sobre a morte para quem for digno de merecê-lo. E poucos o são, porque, é bem de ver, ante tão dura condição, nunca são muitos os candidatos a tamanho merecimento. Diversos são os perigos a serem enfrentados. E as "Onças, liões, alifantes/ moonst(r)os e aves falantes", a que se referirá o mesmo poeta, ainda sem se decidir entre o real e o fantástico, são só pequena parte do desafio interposto ao curioso das coisas escondidas do mundo.

Mendes Pinto foi de tudo um pouco em sua viagem: comerciante, noviço da Companhia de Jesus, embaixador, pirata, escravo, canibal, soldado, crítico de valores sociais e muitas outras coisas ainda. Essa grande quantidade de papéis deve ser entendida, nalguns casos, como meios de superação dos transtornos da viagem e, noutros, como resultado imediato dessa superação, isto é, como transformação operada no viajante pelo encontro da novidade.

Mas nem sempre essa quantidade de papéis é entendida assim. Aliás, quase nunca é entendida assim. Ao contrário, ela fez com que um bom número de críticos<sup>1</sup> visse o relato da viagem de Mendes Pinto sempre como um *pretexto* para o exercício de um daqueles papéis, relegando a segundo plano a idéia mesma de viajar e o prazer nela implicado.

Todos esses papéis estão sem dúvida encarnados no viajante. Mas eles surgem de uma necessidade para que a viagem continue a se desdobrar ou então já são o resultado da própria viagem que operou modificações no viajante. De maneira diferente, portanto, do que pensam aqueles críticos, esses papéis não dependem da viagem; ao invés, a viagem é que depende desses papéis. Porque cheia de perigos e obstáculos, ela obriga o viajante a se adequar às circunstâncias, de modo que possa dar seguimento ao seu mais importante projeto, que é o de viajar.

A viagem, é bem de ver, não faz desaparecer as outras necessidades básicas do homem: o viajante, como qualquer homem comum, trabalha, reza, luta, acredita nos valores de sua sociedade e os defende. O que o distingue dos homens comuns é que, além de tudo isso, possui uma necessidade intrínseca de ver e que, para tanto, é capaz de qualquer coisa.

Assim acontece, por exemplo, com Pero da Covilhã – “o mais Ulisses dos portugueses”, na bonita definição de Gilberto Freyre (1978:275) –, que não mediu esforços para chegar às terras do Preste João, dentre os quais, beirando a heresia, disfarçar-se de mercador muçulmano, para descobrir ao fim das contas que não havia Preste João algum.

Bela aproximação, aliás, poderia ser feita entre esses dois viajantes, verdadeiros peregrinos. O primeiro ganhou riqueza e poder com a viagem, mas morreu sem rever sua terra, o segundo voltou reconhecido como viajante, mas pobre e desassistido socialmente, depois de ter sido várias vezes rico. Ganharam e perderam com o prazer de viajar, cada um a seu modo. Naqueles tempos, eles bem o sabiam, ninguém podia desfrutar de tamanho prazer impunemente.

Com um agravante no caso de Mendes Pinto. Enquanto Pero da Covilhã viaja em missão especial atribuída pelo rei, Mendes Pinto viaja por decisão pessoal, ainda que justifique<sup>2</sup> (1614:13), pelo fato de ter sempre vivido “em miséria & em pobreza, & não sem alguns sobressaltos & perigos”, situações que o obrigaram a viajar para salvar a vida.

Ora, essas razões, sobretudo as de miséria e pobreza, poderiam ser alegadas por toda a população portuguesa sua contemporânea, com exceção dos nobres, daqueles que detinham altos postos na Igreja e alguns poucos mais. E ao que consta, nem toda a população se viu forçada a embarcar porque vivia em miséria e pobreza. Naturalmente, nem todo mundo pode vislumbrar a mesma saída ao mesmo tempo. No caso de Mendes Pinto, contudo, a viagem estava inscrita definitivamente em sua vida. Desde muito cedo, era ela, e somente ela, a saída – e a chegada.

Com efeito, segundo sua própria (e parca) informação, Mendes Pinto realizou, antes da grande, uma pequena mas intensa peregrinação no interior do reino, sempre fugindo da pobreza e do perigo, que insistiam em perseguir-lo. Trazido por um tio, “desejoso de me encaminhar para melhor fortuna”(14), chega a Lisboa em treze de dezembro de 1521, dia em que “se quebrarão os escudos pella morte del Rey dom Manoel de gloriosa memória”(14), entre os dez e doze

anos de idade.

Ali trabalha durante um ano e meio na casa de uma "senhora de geração assaz nobre"(14), de onde é obrigado a fugir por um caso que sucedeu, embora não diga qual, que o deixou tão aterrorizado, como "se vira a morte diãte dos olhos"(14).

Após um longo intervalo, do qual nada se sabe, volta ao serviço na casa de Francisco de Faria, agora em Setúbal, onde diz ter permanecido por quatro anos. Feliz com o desempenho de seu criado, Faria o cede ao Mestre de Santiago, em cuja casa ele serve por mais um ano e meio. A última referência que ele faz de sua vida no reino é onze de março de 1537, data de seu embarque para a Índia.

Com quatorze anos, portanto, seja por perigo ou por pobreza, Mendes Pinto embarca pela primeira vez para a aventura, gesto que repetirá muitas e muitas vezes ao longo de sua longa vida.

Este primeiro embarque é uma antecipação do que será sua vida futura. Embarcado no cais de pedra de Lisboa numa caravela que ia para Setúbal, sofre o primeiro dos muitos reveses porque passaria, ao ver o navio assaltado por piratas franceses. Lançado à praia, é recolhido e tratado em Santiago de Cacém, onde sai de cena por pouco mais de oito anos.

Decorrido esse prazo, reaparece adulto em Setúbal. Experimenta, ainda por duas vezes a possibilidade de viver como serviçal, mas desiste, porque "a moradia que então era costume darse nas casas dos Principes me não bastava para minha sustentação"(15).

Acabada, portanto, a pequena peregrinação que fizera por aquelas pequenas terras do reino, estava pronto para a grande, na qual, durante vinte e um anos, iria descobrir(e se espantar com) os mais escondidos segredos do mundo. Mas era – diz ele – a miséria que continuava a empurrá-lo.

Não é inverdade que essas funções que Mendes Pinto exerceu nas casas daqueles nobres senhores não remuneravam decentemente. O desvio de fundos da Coroa no ultramar tinha nos péssimos salários uma de suas alavancas. No reino, sem haver o que desviar, as coisas eram provavelmente muito piores. Ademais, havia a sedução da riqueza fácil do Oriente, onde, com alguma sorte, se poderiam encontrar tesouros a céu aberto, segundo as lendas medievais ainda vivas naqueles tempos. E já se viu que aqueles viajantes eram movidos tanto pelo real quanto pelo fantástico, pois que a barreira entre ambos era frágil e, por isso, facilmente ultrapassável.

Naturalmente, tanto a pobreza quanto a sedução da riqueza fácil estão na base da decisão de Mendes Pinto. Não há que duvidar de suas queixas da primeira e da aspiração quanto à segunda. Mas há um determinante, fundamental, que ele omite: o desejo de ver e participar do espetáculo do mundo, que supera de longe todos os outros.

É uma sede insaciável de aventura que o persegue, à qual se entrega como se não quisesse entregar-se, sutil mecanismo retórico com que justifica o gozo para si mesmo e o dissimula face à dureza daqueles tempos austeros, que não faziam

distinção entre prazer e pecado.

Nessa perspectiva, a discussão sobre verdade e mentira na *Peregrinação* perde toda sua razão de ser. Aquilo que porventura não tenha acontecido na realidade e que ali se encontra não é mentira, mas absoluta necessidade de aplacar essa insaciável sede de ver e participar do espetáculo do mundo. Dir-se-ia que esse desejo de Mendes Pinto era ainda maior que a diversidade do mundo por ele experimentada. Quando esta não foi bastante para sua necessidade, ele a fez adequar-se.

Por conseguinte, para a hipótese com que aqui se trabalha, não importa se os números dos naufrágios de que foi vítima, das vezes que foi feito escravo ou das batalhas de que participou correspondem ou não à realidade dos fatos. Se as coisas não sucederam exatamente daquele modo, era exatamente daquele modo que ele queria que tivesse sucedido.<sup>3</sup>

Para usar os conceitos utilizados por Francisc Affergan (1987:39), pode-se afirmar que, no caso de Mendes Pinto, se trata evidentemente de *causa* objetiva, de busca de sobrevivência ou sonho de riqueza fácil, mas trata-se sobretudo de *motivação*, uma vez que esta, diferentemente daquela, responde a anseios diversos e indefinidos, como definirá com precisão Affergan, utilizando-se para tanto de Wittgenstein: "c'est une erreur de supposer qu'il y a une et une seule "raison" au sens de "motif" qui amenait les gens à effectuer une action particulière – de supposer qu'il y avait un motif qui était le motif".<sup>4</sup>

O que leva Mendes Pinto a viajar por vinte e um anos, nos quais perde a conta das aventuras que viveu, não é certamente apenas a necessidade, mas também o desejo e sonho de ver e viver outras vidas.

Volte-se, pois, ao trecho acima citado: "a moradia que então era costume darse nas casas dos Principes me não bastava para minha sustentação". Nada mais honesto poderia estar aí, embora o acusem de tantas mentiras. Ele não diz que a moradia não bastava para a *sua* sustentação.

É que essa sustentação, nem ele mesmo o sabia, era feita de muito mais coisas que os elementos da sobrevivência cotidiana. O alimento de que este aventureiro do olhar se nutre carece de uma substância que só se alcança quando se viaja: a estranheza do mundo. É isso que o põe em demanda da viagem. Para falar com Affergan, se a pobreza é a causa, a estranheza do mundo, com seu imprevisível elenco de aventuras, é a sua motivação.

Como conseguiu viver, então, quase metade de sua vida em horizonte tão pequeno e semelhante, quando seu desejo era o de planos grandes, largos e variados? Como conseguiu viver quase metade de sua vida cercado pela miséria e pela pobreza que teimavam em persegui-lo, aspecto em que tanto insiste para justificar a viagem para si e para os leitores?

Era, diga-se assim, o tempo necessário para a lapidação de seu desejo de novidade, que será sempre justificado como algo alheio a si mesmo, independente de sua decisão.

Essa impressão de ser levado ou de estar indo contra a sua vontade atra-

vessa a narrativa, e se constitui num dos mais eficazes dispositivos retóricos da *Peregrinação*, que funciona como uma maneira de aliciar o leitor desprevenido, levando-o a ver sofrimento e desventura nas errâncias daquele “sofrido” *pobre de mim* onde, muitas e muitas vezes, há prazer e pura aventura.

Quando não é a necessidade, é sempre o acaso que o faz partir. A aventura (e o prazer dela decorrente) é sempre uma consequência da desventura inicial, como se quisesse fazer crer que, não houvera tal desventura, não haveria a futura viagem. É o que se dá, por exemplo, por ocasião da primeira viagem, essa ainda no interior do próprio reino, no limiar da adolescência.

Tendo ido servir em casa daquela senhora de “geração assaz nobre” vê-se forçado a fugir. A razão é que

*(...) succedeo hum caso q[ue] me pos a vida em tanto risco, que para a poder salvar me foy forçado sair me naquella messa ora de casa, fugindo cõ a mayor pressa q[ue] pude, & indo eu assi tão desatinado co grande medo q[ue] levava, q[ue] não sabia por onde hia, como quem vira a morte diãte dos olhos, & a cada passo cuydava que a tinha comigo, fuy ter ao cayz de pedra onde achey hu[m]a caravela d’Alfama, (...) nesta caravella me embarquei eu (...).(14)*

Não é difícil acreditar que um grande medo possa deixar uma pessoa sem tino, sobretudo quando se trata de um rapaz de menos de quatorze anos.

Já não será, todavia, tão fácil acreditar no desfecho desse desatino, que conduz o desatinado – que se revelará depois um viajante contumaz – involuntariamente ao porto, onde, além disso, embarca de imediato e sem problemas, como se o navio estivesse ali a esperá-lo.

Possibilidades menos arriscadas poderiam ter ocorrido ao fugitivo, tais como esconder-se num lugar próximo até amainar o temporal ou voltar à casa dos pais, onde, malgrado a pobreza, teria abrigo e proteção. Mas ao desatinado – o nome por si o diz – não cabe reflexão. Ele apenas age. Sem saber o porquê.

Refletida e irrefletidamente, o mar – e tudo o que ele implica – estava no horizonte de Mendes Pinto. Seu chamado é uma espécie de condenação a que está submetido o futuro viajante, eis o que o desatino pretende fazer significar.

Essa espécie de condenação que impele Mendes Pinto para o mar resulta, entretanto, de uma causa objetiva. E é natural que assim seja. Caso contrário, desvelar-se-iam os procedimentos retóricos que a justificam, o que simplificaria – e muito – tanto a viagem quanto viajante.

Diz o narrador que o desvario que o levou ao cais foi provocado por um caso que o pôs diante da morte. Era fugir ou morrer. Ora, é estranho que caso tão impressionante, que transformou radicalmente a vida do até então pacato serviçal em um caleidescópio de aventuras, não mereça uma única linha em tão extensa e minuciosa narrativa, deixando o leitor em absoluto estado de interrogação.

Nem todos os leitores, é verdade. Fernando António de Almeida (1989:1077), por exemplo, não tem dúvida nenhuma. Para ele, trata-se de um caso de adultério,

que, em resumo, se deu assim: D. Joana Silva e Castro – aquela senhora nobre de que fala Mendes Pinto – era casada com Francisco de Faria, a quem traía com Manoel Freire, o qual nunca a fizera esquecer “amores antigos, contrariados pelos progenitores de D. Joana”, segundo Almeida.

Ao suspeitar da situação, Faria arma uma emboscada na qual é morto o amante de sua mulher. A seguir, ela própria é assassinada. O ódio de Faria, contudo, ainda não está aplacado, pois, ainda de acordo com Almeida (1989:1078):

*Haveria (...) que apurar responsabilidades, nomeadamente junto dos serviçais. Houve cumplicidade, houve encobrimentos. Que saberia de tais amores esse moço que serviu D. Joana, esse tal Fernão Mendes, a ela sujeito? Que fossem buscar, que Francisco de Faria queria interrogá-lo. Foi assim que “me sucedeu um caso que me pôs a vida um tanto risco que, para a poder salvar, me foi forçado sair-me na mesma hora de casa, fugindo com a maior pressa que pude”*

Primeiro que tudo não parece muito apropriado montar uma biografia a partir do texto memorialístico do biografado, ainda mais quando se trata de um texto em que a exatidão tem importância secundária.

A conexão estabelecida por Almeida entre adultério e o “caso” que pôs a vida de Mendes Pinto em tanto risco pode até ser verdadeira, mas é absolutamente aleatória, o que aproxima sua “biografia” de todas aquelas outras que utiliza a *Peregrinação* para campo de conjecturas. Se tem fontes e provas quanto ao primeiro, não as tem quanto ao segundo. Por isso seu texto passa da segurança à hesitação, tateando entre condicionais e interrogações, construindo hipóteses imaginárias, como se em vez de biografia estivesse fazendo literatura, até dar lugar a que Mendes Pinto fale por si mesmo, o que, na prática, dispensaria o biógrafo.

Mas o impasse maior da biografia de Almeida ainda está por vir. Para fugir segundo ele, à fúria mortal de Francisco de Faria, Mendes Pinto embarca para Setúbal, onde reaparece, como já se disse, oito anos depois. Esse tempo, em que Mendes Pinto se faz homem, portanto de extrema importância para a compreensão de sua trajetória de vida, nem Almeida nem ninguém foi até agora capaz de explicar, a não ser com mais uma conjectura, a de que tal omissão se deve provavelmente a um corte feito na narrativa, explicação, afinal, que se pode dar para qualquer problema semelhante em textos publicados a partir da segunda metade do século XVI.

Em Setúbal, Mendes Pinto vai servir, por um prazo de quatro anos, a ninguém menos que Francisco Faria, tio do assassino lisboeta! É muito estranho, para dizer o mínimo, que alguém, fugindo de tamanho risco, vá escolher logo a casa de um familiar de tão temerário perseguidor, onde aliás, é tão querido que é dado, como um presente, a uma autoridade superior, o mestre da Ordem de Santiago. Tais fatos, entretanto, parecem absolutamente normais a Almeida.

No escopo desse trabalho, a interrogação em que é deixado o leitor é muito mais produtiva, pois ela abre campo para uma hipótese que se pode provar ao

longo do texto da *Peregrinação*, qual seja, a de que o narrador precisa de um fato grave que justifique, tanto para si mesmo quanto para os outros, seu desejo de viajar, fato esse que – isso é muito importante – não pode ser publicamente declarado.

Como se sabe, um fato grave tende a perder a gravidade com a sua revelação. Tornado público, pode ser analisado pelos mais diversos ângulos segundo as mais diversas conveniências. O que parecerá muito grave a uns, não parecerá tanto a outros. E assim a gravidade original se dilui. A omissão do fato, ao contrário, acentua a gravidade necessária, pois que oferece apenas o vazio, que pode ser preenchido por um leque infundável de suspeitas.

É exatamente isto que pretende o narrador da *Peregrinação* ao omitir o caso grave que viveu: pôr o leitor diante de um infundável leque de suspeitas. Diante do vazio, este como que autoriza a partida, dividindo com ele medos e desatinos pressentidos.

Por conseguinte, ainda que se pudesse efetivamente provar que a fuga de Mendes Pinto se deve àquele episódio do adultério, não mudaria muito para a hipótese que aqui se defende. Acrescentar-se-ia apenas mais um pequeno – muito pequeno – crédito em seu cabedal de sinceridade, que já é respeitável, mas a hipótese se manteria, mesmo porque, como já se disse, nem todo mundo escolhe o mar para fugir à participação indireta num caso de adultério, a não ser que outras motivações a essa se somem.

A necessidade de um (a) caso que justifique a viagem é, aliás, uma constante na *Peregrinação*. Esse viajante nunca viaja gratuitamente. Seja para onde for, seja qual for a viagem, há sempre uma razão fora dela a demandá-la. Ele é o primeiro a apresentar-se como voluntário para tal ou qual viagem e é um dos poucos ou, nalgumas vezes, o único a se salvar nos episódios mais violentos – situação fácil de compreender, afinal quem contaria a história? Mais tais ações são sempre justificadas pelo acaso ou pela necessidade, nas quais se dispõe a participar porque não lhe resta alternativa.

Recém-chegado à Índia, seu caleidoscópio de aventura tem início. A oportunidade vislumbrada com a primeira viagem que se anuncia é de enriquecimento fácil e repentino, sem trabalho nem perigo, como se estivesse diante de uma daquelas belas e ingênuas lendas medievais, nas quais o ouro brota a céu aberto:

*Havendo sós dezassete dias que eu era chegado a esta fortaleza de Diu, fazendo-se nella prestes duas fustas para irem ao estreyto de Meca, a saberem a certeza da armada dos turcos, de que já na India auia algum receyo, me embarquey em hu[m]ja dellas de que hia por Capitão hum meu amigo, por me elle fazer grandes encarecimentos da sua amizade naquela viagem, fazendo-me muyto facil sayr eu della muyto rico em pouco tempo, que era o que eu então mais pretendia que tudo. (18)*

Apesar de já ser viajante, não pode saber-se viajante. Isso fará a viagem demandar sempre um novo impulso. Nesse primeiro caso, trata-se de um apelo

afetivo que o leva a embarcar. Ao que parece, não fosse tal apelo, a vigem não se realizaria. Mas quem discordará de que se deva atender a um apelo afetivo, sobretudo quando vem respaldado por promessas como esta, de se poder ficar “muyto rico em pouco tempo”?

Entretanto, por antecipação, o leitor sabe que tal projeto está fadado ao fracasso, até porque, não estivera, não haveria livro com que tantos se divertiria – divertimento, aliás, que está só no começo, pois esse viajante tem ainda muito que viajar. Trata-se, pois, da partida para a seqüência de desafortunadas aventuras, ou, o que dá no mesmo, de aventuras desventuras, as quais têm sempre o acaso como ponto de partida.

Partida que começa na desmontagem do enriquecimento fácil. Não que a aspiração de ficar rico não fosse legítima. Acumular riqueza e lutar por Cristo contra o infiel não eram ações excludentes, senão complementares, definidas, não sem certo ardor, pela Igreja, que estimulava o ideal de cruzada. “Pretender enriquecer mais que tudo” não elimina fervor religioso nem desmerece o combate de Cristo.

Mas elimina o viajante e põe fim à aventura. Daí que o projeto não possa prosperar. O aventureiro, antes de tudo, deve sofrer a provação. A riqueza que ele almeja, portanto, deve ser compreendida em termos um pouco mais amplos que aqueles relativos a dinheiro, pois que a seqüência de desventuras que virá a seguir autoriza a ampliação semântica da palavra. Não será fácil acumular dinheiro nem fácil será viver os prazeres de viajar. E é isso, na reiteração da provação, que o narrador se apegua para garantir a adesão do leitor, o qual, simpático, o perdoa por tão exacerbada curiosidade, e, satisfeito, lhe agradece por viver por ele tanto sofrimento:

*Desta maneyra fomos levados por toda a cidade a modo de triunfo, com grandes gritas & tangeres, onde até as mulheres encerradas, & os moços & mininos nos lançavaõ das genellas muytas panelas de urina por vituperio e desprezo do nome chistão. E já quasi Sol posto nos meteraõ em hu[m]a masmorra que estaua debaixo do chaõ, na qual estiuemos dezassete dias cõ assaz de desventura & trabalho, sem em todos elles nos darem mais que hu[m] pouco de farinha de ceuada para todo o dia . & algumas vezes graõs crús molhados em agoa sem mais outra cousa nenhu[m]a.(24)*

Mas o destino de um viajante é viajar, ainda que não saiba disso. É uma espécie de condenação, da qual não parece haver meio de fugir. Se já não se trata do apelo de um amigo, é de um imperativo militar que se trata. Embora se esforce para fazer crer o contrário, mais uma vez o narrador se vê forçado a fazer o que mais gosta de fazer:

*E depois de auer sobre isto muytos desgostos de ambas as partes, de q[ue] não trato por encurtar rezões, em fim se vieraõ a concertar que o Capitão de nossa nao lhe desse doze homẽs dos quinze que Fernão de Morais lhe pidia, de que elle ficou satisfeito & destes fui eu tambem hum, por ser sempre o mais engeitado... (30)*

E ao fazer o que mais gosta de fazer sabe que está ultrapassado a medida, porque sabe insuperável esse desejo de ver e viver o mundo em sua diversidade. Daí que prefira calar sobre isso e falar sobre o ser forçado a viajar e o sofrimento disso decorrente, porque é mesmo de uma desmedida que se trata.

É, portanto, como uma maneira de fazer frente à desmedida que a expressão “sempre o mais engeitado” deve ser compreendida. Autodepreciando-se, o narrador perdoa-se a si e é perdoado pelo leitor, ficando livre para viajar de novo. Ou melhor, para atender a mais um apelo para viajar, que sem eles – é o que gostaria de fazer crer – não viajaria:

*E porque hum dos Capitaes dessa fusta era muyto meu amigo, & me via vir tão desbaratado, desejando de me poder ajudar em algu[m]a cousa, me cometeo que me embarcasse com elle, & que me faria aly logo pagar cinco cruzados, o que eu aceitey de boa vontade parecendome tambem que la me poderia Deos abrir algum caminho com que me prouesse de outra melhor capa que a que então trazia, já q[ue] de meu não tinha mais que o que pretendia alcançar por minhas mãos. (31)*

A viagem ensina. Se na primeira era o sonho do enriquecimento fácil, agora, e muitas viagens depois, as pretensões são tão modestas que podem fazer ir às lágrimas as leitoras e os leitores mais sensíveis. Tanta desventura por tão pouco!

Como se pode ver, já não obnubila o desejo de viajar a ambição da riqueza fácil. Viaja-se mesmo por uma “melhor capa”, o que parece muito pouco para quem há não muitas viagens sonhava enriquecer de modo fácil e em pouco tempo.

Desvanecido o sonho da fácil riqueza, resta a viagem em si mesma. Com seu (desejado) horizonte de novidade e incerteza.

*Passados vinte & tres dias depois q[ue] chegamos a esta cidade em q[ue] acabey de conualecer de duas feridas que trouxe da briga da tranqueyra, vendome sem nenhum remedio de vida, me fuy, por conselho de hum padre meu amigo, offerecer a hum honrado por nome Pero de Faria, que então estaua provido de Capitão de Malaca, & que neste tempo dava mesa a todo homem que a queria aceitar delle, o qual aceitou meu oferecimento(..).(38)*

A viagem agora é auto-oferecimento. Não é mais resultado de um desatino, de um apelo de amigos ou de um imperativo militar; a recompensa da viagem não é mais ter a vida salva de um grande risco, nem a promessa de riqueza fácil e nem mesmo a de uma capa um pouco melhor. Agora é pela garantia mínima de

sobrevivência.

O narrador cumpre assim, uma escala descendente de valores para justificar seu desejo de viajar. De nobres e justas intenções iniciais – afinal nada mais justo e nobre consigo mesmo do que viajar para salvar a vida – a viagem despoja-se de ornamentos e reduz-se a si mesma, tornando equivalentes vida e viagem.

Desprovido de qualquer bem, o narrador lança sua última cartada e demonstra de modo cabal que viaja para viver. Apesar de toda a sedução contida nessa demonstração, que ninguém se engane, porém: se viaja para viver, é porque antes, vive para viajar.

Não se quer dizer, entretanto, com o que até aqui se disse, que o narrador tenha aberto mão do seu propósito de ficar rico. Viajar e enriquecer, já se disse, não são projetos excludentes. Dentre o conjunto de desventuradas e maravilhosas imprevisibilidades que governa a viagem, a riqueza é uma das suas possibilidades concretas. Embora não a mencione – não podia fazê-lo, já que perderia sua posição de *engeitado* –, Mendes Pinto viu a fortuna chegar-lhe às mãos mais de uma vez.

Uma delas, sobre a qual há farta documentação, boa parte reunida em volume por Rebecca Catz (1993), é quando de sua volta ao Japão após a morte do padre Francisco Xavier.

Mendes Pinto conhecera aquele padre em uma das suas viagens ao Japão. Ali, impressionado com sua convicção religiosa, emprestou-lhe uma quantia módica para que pudesse pôr fim à construção de uma Igreja, fato que os aproximou e os tornou amigos, fazendo Mendes Pinto transformar-se em ardoroso devoto daquele missionário.

Estando em Goa pronto para regressar ao reino, pois já viajara por quase vinte anos e detinha soma considerável de dinheiro, eis que chega o corpo – incorrupto, segundo se crê, – daquele padre, que havia morrido sem poder ver a obra de cristianização do Oriente realizada.

Vendo-se assim diante de mais um de seus milagres, dos tantos que – acreditava – ele já fizera, o narrador é tomado por um incontrolável fervor religioso, que o faz sentir-se responsável pela continuidade do trabalho iniciado por Xavier.

Com isso em mente, instiga e convence o padre Belchior Nunes, sucessor de Xavier, a respeito do sucesso garantido daquela empreitada. Ante tão profunda demonstração de religiosidade, o padre vence todas as hesitações e decide-se pela ida ao Japão. Essa decisão faz Mendes Pinto transformar-se em noviço da Companhia de Jesus, na qual, como era de esperar, não perseveraria por muito tempo.

Era então um mercador não propriamente rico, mas de posses bastante razoáveis para os padrões da época, das quais teve que se desfazer em função dos votos espontânea, mas açodadamente prestados.<sup>5</sup>

Se tomada em sentido estrito, já se vê, não era verdadeira a pretensão de Mendes Pinto de querer ser materialmente rico acima de qualquer outra coisa. Não é comum, mesmo naqueles tempos de firmes convicções religiosas – e ele é um

religioso convicto – gesto tão radical, mesmo porque, como já se apontou, riqueza material e convicção religiosa eram antes complementares que excludentes.

Tendo mais ou menos saciado seu desejo de ver e dono de fortuna razoável, pronto para viver o descanso da velhice que se avizinhava, Mendes Pinto doa tudo o que possui e opta por transformar-se em pedinte para causas de caridade religiosa, tarefa que se impôs como noviço da Companhia de Jesus. Se bem que vá como embaixador do vice-rei ao Japão, ele pôde ser visto em Malaca, vestido em trapos, pedindo esmolas àqueles que antes com ele conviveram como grande mercador.

Aliás, essa atividade de pedinte continuará, de certo modo, a praticá-la, pois, ao regressar a Portugal, ocupará o cargo de mamosteiro em dois hospitais de Almada.

Durou pouco mais de dois anos a permanência de Mendes Pinto na Companhia de Jesus. Esta se reduziu, praticamente, ao prazo consumido na lenta e tortuosa viagem de ida ao Japão, pois que logo ao ali chegar pediu (e teve aceito o pedido) para dela afastar-se, sem que se tenha o menor indício documental do porquê assim procedeu, embora, como sempre, não falte especulação.

Pode-se pensar à primeira vista que, para tão grande fervor religioso, tenha sido curta essa permanência de Mendes Pinto na Companhia de Jesus. Mas foi tempo bastante, sobretudo para quem fez do prazer da imprevisibilidade seu móvel de vida.

Era, por assim dizer, a última viagem aventureira que lhe restava viver ou, dito de outra maneira para lhe fazer justiça, já que ser rico era o que “mais pretendia de tudo”, era a outra e definitiva forma de riqueza que faltava alcançar. Com efeito, a experiência, embora aparentemente rápida, é tão definitiva que nada mais há por ver ou fazer naquelas terras que correu por longos vinte anos, sempre entre dores, espantos e maravilhas.

E tal aspecto se pode bem conferir no arranjo estrutural da narrativa. Enquanto essa última viagem de ida ao Japão demanda pelo menos cinco capítulos, recheados de pormenores como sempre, a de volta é contada em dois pequenos períodos. E mais economia ainda é feita em sua viagem de Goa a Lisboa, na qual tudo se define em escassas duas linhas.

Em setembro de 1558, Mendes Pinto está de volta ao reino. Porque voltou pobre, aí espera por uma tença “em satisfação desses serviços”, a qual se perde nos meandros da burocracia.

Cansado de esperar, atravessa o Tejo e se estabelece numa quinta do Pragal, em frente a Lisboa, onde vive com a família e de onde sai apenas para cumprir as tarefas que seus cargos de juiz eleito (por duas vezes) e mamosteiro impunham. No resto do tempo, conta e escreve as histórias do que viria a ser a *Peregrinação*.

Diz que escreve tais histórias para os filhos, como carta de ABC, para que ali aprendam com os trabalhos e infortúnios por que passou. Não é difícil crer que assim seja, embora isto também seja a última situação que cria para si como

justificação da viagem, qualquer que seja ela. Mas escreve antes de tudo para ele mesmo, para viver de novo o puro prazer de viajar, desejo de que, por mais que se esforçasse, jamais conseguiu desvencilhar-se e ao qual a sua vida pode ser reduzida.

E se uma prova final desse "pecado" fosse ainda necessária, bastava ir ao título que ele deu à sua viagem da viagem, no qual diz que vai tratar "de muytas e muyto estranhas cousas que vio & ouvio"<sup>6</sup>. Essas atividades, ver e ouvir, ao que se sabe, não são propriamente as características primeiras que distinguiriam um bom mercador. Pode ser até que sejam faculdades essenciais à ciência da mercancia, mas são, antes de qualquer coisa, as marcas de um completo e audacioso "concupiscente dos olhos". E, sabe-se agora, dos ouvidos também.

**ABSTRACT:** *The narrator in Peregrinação is marked by an irresistible wish to travel, which is always presented as the only way to flee from hunger, misery and death. Some of the devices that change this wish to travel into a necessity are discussed in this article.*

**KEY WORDS:** *Travel literature; alterity; dazzling.*

## NOTAS

- <sup>1</sup> São os casos, por exemplo, de Georges Le Gentil, António José Saraiva e, mais decididamente, Rebecca Catz.
- <sup>2</sup> A partir da segunda citação da Peregrinação, os parênteses trarão apenas o número da página referida, uma vez que será utilizada ao longo do artigo a edição, agora citada, organizada por Adolfo Casais Monteiro em 1952, reeditada pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda em 1983, que reproduz integralmente a primeira, de 1614.
- <sup>3</sup> Por essas razões, quando aqui houver referência a Fernão Mendes Pinto, o narrador do texto que ora se estuda, há que ter por suposto que se trata de uma entidade textual assim denominada, a qual mantém autonomia em relação ao seu autor do mesmo nome, se bem guarde muitas semelhanças com ele.
- <sup>4</sup> Em tradução livre: "é um erro supor que há *uma e única* 'razão' no sentido de 'motivo' que leva as pessoas a praticar uma ação particular – de supor que houvesse um motivo que fosse o motivo.
- <sup>5</sup> Numa carta que escreve de Malaca "para os padres e irmãos da Companhia em Portugal, Mendes Pinto refere-se a "nove ou dez mil cruzados". Cf. Catz (93)".
- <sup>6</sup> O título completo da obra conforme o frontispício da primeira edição é o seguinte: *PEREGRINACÃO DE FERNAM MENDEZ PINTO. Em qve dá conta de muytas e muyto estranhas cousas que vio & ouvio no reino da China, no da Tartaria, no do Sornau, que vulgarmente se chama Sião, no do Calaminhan, no do Pegú, no de Martavão, & em outros muytos reynos & senhorios das partes Orientais, de*

que nestas nossas do Occidente há muyto pouca ou nenhu(m)a noticia. E tambem da conta de muitos casos particulares que aconteceram assi a elle como a outras muytas pessoas. E no fim della trata breuemente de algu(m)as cousas, & da morte do santo Padre mestre Francisco Xavier, única luz & resplendor daquellas partes do Oriente, e Reytor nellas universal da Companhia de Jesus. Escrita pelo mesmo Fernão Mendez Pinto.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFFERGAN, Francis. *I Exotisme et alterité*. Paris: PUF, 1987.
- ALMEIDA, Fernando António. "Alguma biografia de Fernão Mendes Pinto". In: F. M. Pinto. *Peregrinação*. Lisboa: Afrodite, 1989.
- BOXER, C.R. *O império marítimo português*. Lisboa: Edições 70, 1992.
- CATZ, Rebecca. *A Sátira social de Fernão Mendes Pinto*. Lisboa: Prelo.
- CHANCELARIA, Diogo Velho de. In: G. de Resende (1516/1933). *O Cancioneiro Geral de \_\_\_\_\_*. Lisboa: IN-CM, 1978.
- FREYRE, Gilberto. "Em torno da *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto". In: \_\_\_\_\_. *Vida, forma e cor*. Rio de Janeiro: Record, 1978.
- LE GENTIL, Georges. *Les portugais en extreme-orient: Fernão Mendes Pinto, un précurseur de l'exotisme au XVI<sup>ème</sup> siècle*. Paris: Hermann, 1947.
- PAZ, Octavio. *Signos em rotação*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- PINTO, Fernão Mendes. *Peregrinação*. Lisboa: IN-CM (por Adolfo Casais Monteiro), 1614/1983.
- SARAIVA, António José. *Para a história da cultura em Portugal*. Lisboa: Jornal do Foro, 1962.